PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 984/2021-GP, 2 DE MARÇO DE 2021.

Dispõe sobre a Instituição do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 325, de 29 de junho de 2020, que Instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período 2021-2026;

CONSIDERANDO o Plano de Gestão do Poder Judiciário do Estado do Pará para o biênio 2021-2023;

CONSIDERANDO a necessidade de monitoramento do Plano de Gestão - biênio 2021-2023 e da realização das Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) de forma periódica;

CONSIDERANDO a Portaria nº 3.715 de 20 de setembro de 2013, que implanta no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará o Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN),

RESOLVE:

Art. 1º. Fica instituído o Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica (CPGE), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, biênio 2021-2023, com a atribuição de gerenciamento do processo de planejamento e gestão estratégica, no que tange ao acompanhamento, monitoramento, avaliação e reprogramação do Plano de Gestão 2021-2023.

Parágrafo Único. A Coordenadoria de Gestão Estratégica, vinculada ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística auxiliará as atividades do CPGE e ficará encarregada dos atos técnico-administrativos necessários ao seu perfeito funcionamento.

Art. 2º. Serão membros do CPGE os responsáveis pelos macrodesafios e pelas ações do Plano de Gestão 2021-2023, conforme anexo único desta Portaria.

Art. 3º. O CPGE promoverá Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), ordinariamente, a cada trimestre, ou, extraordinariamente, sempre que houver necessidade.

Art. 4º. No que se refere ao Plano de Gestão 2021-2023 deverão os responsáveis pelas ações e etapas utilizar o SIMPLAN para registrar as informações sobre a execução do Plano até o décimo (10º) dia útil de cada mês subsequente.

Art. 5º. O monitoramento, as reprogramações e atualizações das ações e etapas do Plano de Gestão ficarão a cargo da Coordenadoria de Gestão Estratégica.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições anteriores sobre a matéria.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Belém, 2 de março de 2021.

CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desembargadora Presidente do TJPA

PUBLICAÇÃO
Publicado na Edição nº 3092 - 2021
Diário da Justiça do Estado de 03.03.2021.
Divisão de Apoio Técnico Jurídico da Presidência

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 984/2021-GP

1-MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
Coordenador: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

1.1. Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde
Responsável: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito
1.2. Implantar painel de monitoramento de demandas de saúde relacionadas ao covid-19.
Responsável: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito
1.3. Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.
Responsável: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito
1.4. Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos
Responsável: Vanderley de Oliveira Silva, Juiz de Direito
1.5. Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.
Responsável: Danielle de Cássia Silveira Buhrnheim, Juíza de Direito
1.6. Promover a inclusão social e acessibilidade.
Responsável: Antônio Carlos Sampaio Martins de Barros Júnior, Chefe do Serviço de Acompanhamento de Estágios.

2- MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE
Coordenador: Daniel Ribeiro Dacier Lobato, Juiz de Direito

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

2.1. Intensificar os canais de comunicação com a sociedade.
Responsável: João Batista Vital de Castro, Coordenador de Imprensa
2.2. Aprimorar a comunicação interna e externa.
Responsável: João Batista Vital de Castro, Coordenador de Imprensa
2.3. Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público.
Responsável: Daniel Ribeiro Dacier Lobato, Juiz de Direito

3-MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Coordenador: Leonardo de Farias Duarte, Juiz de Direito

Ações do Plano de Gestão 2021-2023
3.1. Ampliar o processo de digitalização e virtualização.
Responsável: Patrícia do Socorro Campos Casseb, Analista Judiciário
3.2. Estimular a elevação do piso das execuções fiscais.

Responsável: Kédima Pacifico Lyra, Juíza de Direito
3.3. Aprimorar a videoaudiência.
Responsável: Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito
3.4. Implantar o Juízo 100% Digital
Responsável: Caio Marco Berardo, Juiz de Direito
3.5. Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição.
Responsável: Alice Viana Soares Monteiro, Analista Judiciário
3.6. Reorganizar Unidades Judiciárias.
Responsável: Carlos Márcio de Melo Queiroz, Juiz de Direito
3.7. Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias.
Responsável: Marcus Alan de Melo Gomes, Juiz de Direito
3.8. Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias.
Responsável: Lucas do Carmo de Jesus, Juiz de Direito

4-MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS.
Coordenador: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

4.1. Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ.
Responsável: Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior
4.2. Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ – 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior.
Responsável: Mônica Maciel Soares Fonseca, Juíza de Direito

5-MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Coordenadora: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

5.1. Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados.
Responsável: Desembargadora Dahil Paraense de Souza
5.2. Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados.
Responsável: Betânia de Figueiredo Pessoa Batista, Juíza de Direito

6-MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
Coordenador: César Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

6.1. Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.

Responsável: Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante, Assessor Jurídico da Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais.

6.2. Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios.
Responsável: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais.

6.3. Fomentar a utilização do IRDR.
Responsável: Camila Amado Soares, Coordenadora de Recursos Extraordinários e Especiais.

7-MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Coordenadora: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

7.1. Implementar ações para melhoria do Índice de Desempenho de Sustentabilidade- IDS.
Responsável: Evelise de Oliveira Rodrigues, Coordenadora do Núcleo Socioambiental

7.2. Implantar Política e Plano de Sustentabilidade.
Responsável: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

7.3. Implantar Programa de Contratação Sustentável.
Responsável: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

8-MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL
Coordenadora: Maria de Fátima Alves da Silva, Juíza de Direito

Ações do Plano de Gestão 20121-2023

8.1. Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
Responsável: Reijjane Ferreira de Oliveira, Juíza de Direito

8.2. Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.
Responsável: Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, Juíza Coordenadora e Justiça Restaurativa (CJR) do NUPEMEC

8.3. Implementar ações de ressocialização de apenados e egressos.
Responsável: Deomar Alexandre de Pinho Barroso, Juiz de Direito

8.4. Apoiar a execução das ações relativas ao Programa Fazendo Justiça do CNJ
Responsável: Blenda Nery Rigon Cardoso, Juíza Coordenadora do GMF

8.5. Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará.
Responsável: Fábio Djan Oliveira de Lima, Coordenador de Estatística

8.6. Digitalizar e migrar para o processo judicial eletrônico 100% do acervo de processos criminais.
Responsável: Patrícia do Socorro Campos Casseb, Analista Judiciário

8.7. Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.
Responsável: Patrícia de Oliveira Sá Moreira, Juíza de Direito

8.8. Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada
Responsável: Rodrigo Oliveira de Medeiros, Coordenador de Aplicações

8.9. Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça Criminal (LIBRA, PJE, SEEU, BNMP 2.0, SISTAC, INSPEÇÃO).

Responsável: Rodrigo Oliveira de Medeiros, Coordenador de Aplicações

9-MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA
Coordenador: Jonelson Magno Dias, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

Ação do Plano de Gestão 2021-2023

9.1. Desenvolver política de Governança Institucional no TJPA.
Responsável: Jonelson Magno Dias, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística
9.2. Aperfeiçoar a metodologia de monitoramento das ações e seus reflexos nos indicadores do Planejamento Estratégico.
Responsável: Jonelson Magno Dias, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística
9.3. Aprimorar o Índice de Prioridade de Obras- IPO
Responsável: Silene Bessa Campelo de Souza Menezes, Secretária de Engenharia e Arquitetura
9.4. Aprimorar procedimentos de manutenção predial.
Responsável: Silene Bessa Campelo de Souza Menezes, Secretária de Engenharia e Arquitetura

10-MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS
Coordenadora: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

10.1. Automatizar o processo admissional de magistrados, servidores e estagiários.
Responsável: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, Assessora SGP
10.2. Implantar o modelo de Gestão por Competência.
Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal
10.3. Aprimorar a lotação paradigma com foco nas Unidades de Processamento Judicial- UPJs e nas equipes multidisciplinares.
Responsável: Francisco de Assis Pinto Neto, Chefe da Divisão de Administração de Pessoal
10.4. Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho.
Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal
10.5. Implantar processo de desligamento de pessoal.
Responsável: Carolina Queiroz Monteiro, Chefe do Serviço de Apoio Psicossocial
10.6. Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados e servidores.
Responsável: Manoel de Christo Alves Neto, Coordenador de Saúde
10.7. Implantar política de governança e gestão de pessoas.
Responsável: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, Assessora da SGP
10.8. Implementar política de sucessão de cargos com foco em liderança.
Responsável: Jean Karlo Quintela de Souza, Coordenador de Desenvolvimento de Pessoal.
10.9. Otimizar o concurso de remoção de servidores.
Responsável: Hellen Geysa da Silva Miranda Brancalhão, Assessora SGP.

11-MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças

Ações do Plano de Gestão 2021-2023

11.1. Implementar Sistema de Gestão de Custos
Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças.
11.2. Aprimorar a gestão da arrecadação.
Responsável: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Orçamento e Finanças.

12- MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS.
Coordenador: Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática

12.1. Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC
Responsável: Arilson Galdino da Silva, Coordenador de Suporte Técnico
12.2. Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética.
Responsável: Paulo Roberto Martins Cunha, Analista Judiciário.
12.3. Expandir a infraestrutura de telecomunicações.
Responsável: Arilson Galdino da Silva, Coordenador de Suporte Técnico
12.4. Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados.
Responsável: Igor Pinto Simões, Analista Judiciário.
12.5. Aprimorar os artefatos de gerenciamento de serviços TIC e de governança de TIC.
Responsável: Miguel José de Almeida Pernambuco Filho, Analista Judiciário